



Mapeando os conflitos na universidade: um estudo de caso sobre segurança na Universidade Federal Fluminense¹

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves²

Juliana Vinuto Lima³

Klarissa Almeida Silva Platero⁴

Lenin dos Santos Pires⁵

Resumo O objetivo deste artigo é analisar dados coletados durante uma pesquisa de vitimização realizada com a comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense. Trata-se de uma pesquisa exploratória do tipo *survey*, com amostra não-probabilística por cotas, sobre segurança universitária, tratando sobre as experiências com crime, violência e insegurança. Como principais resultados,

1 Este artigo faz parte de uma pesquisa com fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Professora adjunta do Departamento de Sociologia e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil – anapaulavasconcelos@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-1760-8410> – <http://lattes.cnpq.br/3800071527611508>.

3 Professora adjunta do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense – Brasil – j.vinuto@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-0968-3552> – <http://lattes.cnpq.br/1684516043842222>.

4 Professora adjunta do Departamento de Segurança Pública (DSP) da Universidade Federal Fluminense – Brasil – klarissaplatero@id.uff.br – <https://orcid.org/0000-0002-5729-771X> – <http://lattes.cnpq.br/7354957307118280>.

5 Professor Adjunto do Departamento de Segurança Pública e diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF (InEAC/UFF) – Brasil – leninpires@id.uff.br – <https://orcid.org/0000-0002-8250-467X> – <http://lattes.cnpq.br/6473783273255196>.

observamos os *campi* universitários como relativamente mais seguros do que outros espaços da cidade e também como espaços em que emergem outros modos de agressividade, como conflitos, assédios e abusos.

Palavras-chave: segurança universitária; vitimização; conflitos; *survey*; insegurança.

Mapping conflicts at the university: a case study on security at the Fluminense Federal University

Abstract *The aim of this paper is to analyze data collected during a victimization survey carried out with the academic community of Universidade Federal Fluminense. This is an exploratory survey, with a non-probabilistic sample, on university security, in which we deal a lot with experiences with crime, violence and insecurity. The main results were that we observed university campi as relatively safer than other spaces in the city and as spaces where other modes of aggression emerge, such as conflicts, harassment and abuse.*

Keywords: *university security; victimization; conflicts; survey; insecurity.*

Mapeo de conflictos en la universidad: un estudio de caso sobre seguridad en la Universidad Federal Fluminense

Resumen El objetivo de este artículo es analizar los datos recopilados durante una encuesta de victimización hecha con la comunidad académica de la Universidad Federal Fluminense. Esta es una investigación exploratoria del tipo encuesta, con muestreo no probabilístico por cuotas, sobre la seguridad universitaria, en la que tratamos mucho las experiencias con el crimen, la violencia y la inseguridad. Como principales resultados, observamos los campi universitarios como relativamente más seguros que otros espacios de la ciudad y también como espacios donde emergen otras formas de agresión, como los conflictos, el acoso y el abuso.

Palabras claves: seguridad universitaria; victimización; conflictos; encuesta; inseguridad.

Introdução

A discussão sobre as proximidades e distanciamentos entre sensação de insegurança e índices de criminalidade oficialmente captados pelos órgãos de segurança já possui uma longa história (Cardoso et al., 2013). Este artigo almeja

trazer novos elementos para esse debate ao analisar como tais proximidades e distanciamentos se dão frente a um público de uma instituição específica: a Universidade Pública. Com base em uma pesquisa de vitimização realizada entre dezembro de 2020 e março de 2021, propomos discutir percepções e experiências vivenciadas pela comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense (UFF), com foco naquelas comumente associadas a “problemas de segurança”. Além disso, descreveremos informações obtidas com diferentes atores da UFF (docentes, discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados) sobre a realização (ou não) de esforços para encaminhamento e administração de tais problemas, a fim de compreender diferentes perspectivas sobre as dinâmicas institucionais de administração de conflitos realizadas pelo Estado, por suas diferentes instâncias.

Para tanto, serão apresentados alguns resultados da pesquisa *Universidade e Segurança: paradoxos nos processos de administração de conflitos em campi universitários do Estado do Rio de Janeiro*⁶, uma iniciativa interdisciplinar que culminou na implantação do Laboratório de Registro e Análise em Segurança Universitária (LASEG). O LASEG, em seu desenho inicial, comportou um ambiente que articula pesquisas na área das ciências sociais, combinando métodos e técnicas qualitativas e quantitativas, apoiando-se em recursos computacionais e tecnologias digitais variáveis. O estudo visa utilizar tais recursos para construir um ambiente em que se estabeleça uma crítica permanente a um certo fetichismo da tecnologia. Um exemplo importante é o uso indiscriminado da produção, distribuição e consumo de imagens, geralmente destituídas da necessária consideração acerca das representações sociais que informam os padrões prévios de estereotipização e classificação das dinâmicas relacionais captadas por monitoramentos por câmeras. O LASEG, portanto, propõe-se a interagir com a temática da segurança universitária produzindo dados e análises, mas sem se descuidar da dimensão crítica que deve informar os processos de formação de profissionais para o mercado, bem como para a continuidade das pesquisas acadêmicas. Assim, esse laboratório de pesquisa faz parte da rede formada pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos

6 A pesquisa foi coordenada por Roberto Kant de Lima, sendo sua proposição articulada no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Comparados de Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), política pública financiada pelo CNPq e pela FAPERJ. Esta última também financiou o referido estudo no âmbito do Edital de Estudos Temáticos de 2019, que se pautou por realizar um projeto piloto sobre segurança na Universidade Federal Fluminense. O desenvolvimento da pesquisa contou com uma equipe multidisciplinar de cientistas sociais e pesquisadores da área da engenharia de telecomunicações e de computação. No nível executivo, a equipe foi coordenada também pelos professores Klarissa Platero, Lenin Pires e Carlos Alberto Malcher.

(INCT-InEAC), que articula instituições de ensino, pesquisa e extensão, nacionais e internacionais. Um de seus principais objetivos é a intervenção na esfera e nos espaços públicos com base em diferentes reivindicações das pessoas envolvidas nos conflitos tratados pelas agências estatais.

A referida pesquisa almejou acessar perspectivas de diferentes atores no que se refere tanto a experiências com crime, violência e insegurança quanto às respostas frente a tais experiências. Dessa forma, o objetivo deste texto é analisar os dados construídos com a pesquisa de vitimização do público universitário na UFF em Niterói e, mediante uma análise exploratória, entender os conflitos existentes para pensar possíveis políticas de segurança universitária.

Há algumas especificidades nas pesquisas de vitimização, pois se trata de um método para mapear conflitos e crimes que não foram notificados em instância alguma, como na polícia, ouvidorias e outros órgãos competentes. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa é fundamental para entender a subnotificação dos registros (Balkin, 1979; Catão, 2000). Como o tema pode ser desconfortável para os indivíduos que sofreram algum tipo de violência, a etapa de coleta de dados carece de cuidados na elaboração das perguntas e no momento da aplicação do questionário para minimizar o desconforto e garantir a precisão das respostas.

Apesar de sua longa tradição em outros países (Catão, 2000), no Brasil, ainda é insuficiente o número de pesquisas com tal abordagem no âmbito nacional. A primeira edição ocorreu em 1988 como complemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Posteriormente, ocorreram edições em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Após um longo período com iniciativas direcionadas para compreensão do sub registro e dos crimes nas capitais, em 2012, realizou-se a primeira Pesquisa Nacional de Vitimização, apontando os crimes que não são comunicados às polícias e a real dimensão do agudo problema de segurança pública do país (IPEA, 2012). Em 2009, a PNAD recebeu um complemento sobre as características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil (IBGE, 2010); em 2021, implementou-se um complemento acerca de vitimização e sensação de insegurança (IBGE, 2021).

Realizar uma pesquisa de vitimização é cara e requer tempo e interesse público. Por isso, todas as iniciativas, à semelhança da empreendida na UFF, são fundamentais para entender os conflitos e sub-registros, além de disseminar a importância desse tipo de instrumento analítico para embasar políticas e ações de gestores públicos no âmbito da segurança pública e institucional.

Por fim, este artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, apresentaremos um levantamento bibliográfico temático e panorâmico sobre o que tem sido chamado “segurança

universitária”, com o objetivo de apresentar os principais consensos sobre as singularidades do trabalho de manutenção da segurança em universidades. Em seguida, apresentaremos os materiais construídos e os métodos e técnicas mobilizados para a produção de dados, que serão analisados na seção seguinte. Na terceira seção, discutiremos como os relatos de vitimização produzidos pela comunidade universitária se diferenciam dos relatos comumente produzidos pela população em geral. Por exemplo, relatos de vitimizações usualmente consideradas mais sutis, como assédio moral e sexual, ganharam bastante espaço nas respostas acessadas por esta pesquisa. Tal aspecto constitui um desafio ainda maior quando projetamos políticas de enfrentamento e prevenção a violências sofridas pela comunidade universitária dentro e nas imediações dos *campi*.

Segurança universitária: um campo em construção no Brasil

A segurança universitária não é um tema difundido nas pesquisas acadêmicas brasileiras. Isso fica claro nos balanços da produção acadêmica no âmbito dos estudos de violência, crime e segurança pública, que não mencionam estudos sobre conflitos existentes nas universidades (Zaluar, 1999; Lima e Ratton, 2011; Ribeiro e Teixeira, 2018). Entretanto, nos *campi*, os conflitos existem e não costumam ser mapeados. Nota-se que usualmente não há instâncias de denúncia ou reclamação aos quais estudantes e trabalhadores se reportem, tampouco políticas sistematizadas de prevenção a conflitos, crimes, acidentes e outras questões relacionadas à segurança no *campus*. A seguir, apresentaremos os poucos trabalhos que discutiram o tema.

Cubas et al. (2013) analisaram a política de segurança na Universidade de São Paulo (USP) comparando com as seguintes instituições estrangeiras: *University of Toronto* (Canadá), *University of Chicago* (Estados Unidos), *University of Warwick* (Inglaterra) e *Universidad Nacional de Colombia* (Colômbia), segundo o levantamento de dados na web. Um dos objetivos foi entender como ocorria a atuação da guarda universitária e a presença de policiamento ostensivo no local. As semelhanças e diferenças encontradas entre as universidades foram:

Os ambientes acadêmicos mostraram-se semelhantes nos seguintes aspectos: processo de atribuição de maior responsabilidade aos profissionais encarregados da segurança ao longo do tempo; aproximação entre esses profissionais e as forças policiais; prestação de serviços que vão além dos atendimentos emergenciais pelos encarregados da segurança; predominância de casos menos violentos nas ocorrências; e resistência ou desconfiança

por parte da comunidade universitária sobre a presença da polícia no *campus*. Quanto às diferenças, destacam-se a produção de estudos sobre as ocorrências e vitimização, o desenvolvimento de programas de prevenção e o incentivo ao registro de queixas contra os profissionais da segurança, características muito mais comuns e acessíveis nas universidades estrangeiras (Cubas et al., 2013: 194).

Cabe reforçar que as universidades estrangeiras fazem estudos sistemáticos sobre as ocorrências criminais e, com isso, podem pensar em estratégias de prevenção. As ações preventivas de conflitos foram descritas pelos autores também como medidas de segurança universitária. Contudo, medidas para prevenir conflitos comuns, tão presentes em universidades estrangeiras, não foram vistas na USP; pela nossa análise, nem mesmo em outros *campi* em que se realizou alguma pesquisa realizada no âmbito da violência e segurança pública.

Nas universidades gaúchas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG) –, não há pesquisas sistemáticas sobre a segurança universitária e as ocorrências criminais nos *campi*, conforme aponta Costa Junior (2020). Também não foram encontradas medidas de prevenção nessas universidades, tampouco políticas sistemáticas no setor de segurança.

Em relação às ocorrências criminais notificadas, Costa Junior (2020) destaca que os delitos são semelhantes entre as quatro instituições: há um número elevado de ocorrências contra a pessoa e contra o patrimônio, além de registros de ocorrências de roubos de armas dos vigilantes terceirizados em 2016, 2017 e 2018. Um aspecto relevante, em nossa perspectiva, demonstrado pelo estudo de Costa Junior (2020) diz respeito às categorias classificatórias das ocorrências registradas sobre o que acontece no principal *Campus* da UFRGS. Segundo o pesquisador, elas não se modificam nos livros internos da Coordenadoria de Segurança e nos Registros da Polícia Civil, o que demonstra um compartilhamento dessas categorias por uma agência policial e um serviço de segurança universitário, composto residualmente por servidores federais e, principalmente, por profissionais terceirizados. É até surpreendente o número mais significativo de registros de roubos à mão armada na Universidade do que na Polícia. Isso é significativo porque, como esperamos demonstrar em nosso estudo, há a possibilidade de que um número considerável de conflitos e ocorrências, os quais podem ser relevantes na percepção da comunidade, não sejam recepcionados adequadamente no dia a dia pelos profissionais responsáveis pela segurança na universidade.

No diagnóstico da segurança institucional na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT), feito por Rodrigues e Melo (2019), os autores também não observaram medidas preventivas realizadas por órgãos da Universidade, tampouco foram observadas pesquisas de vitimização ou estudos sobre os conflitos existentes nos *campi*. A pesquisa realizada evidenciou a insegurança percebida e vivenciada pela comunidade acadêmica, como, por exemplo, o perigo existente no deslocamento entre os *campi* pela falta de segurança no bairro, o que sugere relações entre a Universidade e seu entorno no que se refere à sensação de insegurança.

Camilo (2016) faz um levantamento documental das políticas de segurança existentes em cinco universidades: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA). Em linhas gerais, as instituições que detêm tráfego externo no território dos *campi* incluem a segurança viária em suas ações. A segurança patrimonial é o objetivo central das medidas implementadas, deixando o indivíduo em um cenário secundário. Somado a isso, há debates em torno do policiamento militar nos *campi*. Notou-se também a terceirização do tema, seja atribuindo à segurança pública ou à segurança privada. Por fim, “em nenhuma das instituições perquiridas há fóruns permanentes, canais de diálogo e processos decisórios participativos ou porosos aos fluxos de debates ocorrentes em âmbito acadêmico dedicados à violência e à segurança” (Camilo, 2016: 17).

Pesquisas internacionais, além de descrever o contexto de segurança na universidade sob aspectos institucionais, buscam entender os conflitos existentes. Elas apresentam semelhanças à realidade brasileira, incluindo discriminação, roubo e furto, agressão e ofensa sexual, entre outros. A maneira como esses crimes afetam a saúde mental dos estudantes e, em maior escala, as mulheres foi abordada por Mengo e Black (2016). Contudo, o medo do crime e a sensação de segurança entre os universitários nos Estados Unidos estão relacionadas ao estilo de vida e às características pessoais quanto ao período do dia (Lee e Hilinski-Rosick, 2012). Fisher et al. (1998) acrescentam que as mulheres têm maior propensão a serem vítimas de crimes sexuais do que homens. Além disso, os autores apontam, junto a Lynch (1987), a importância de realizar estudos de vitimização para grupos sociais delimitados.

No caso da pesquisa desenvolvida com estudantes da Universidade Nacional da Costa Rica, notou-se que a percepção dos estudantes sobre crimes no *campus* está atrelada a casos de roubos, furtos e consumo de drogas. Também ficou evidente a ausência de mecanismos para informar aos alunos ações que a universidade realiza na esfera da segurança universitária (Salas e Ocampo, 2020).

Diante do exposto, os estudos empíricos sobre segurança universitária possibilitam notar que, em geral, os conflitos são vistos somente sob o ponto de vista patrimonial e de incidências criminais. Com isso, deixa-se de lado casos como discriminação, acidentes, assédio moral, entre outros problemas que podem não ser registrados institucionalmente nas universidades ou em órgão competente, como a Polícia Civil. Por isso, é fundamental realizar análises sistemáticas das estatísticas oficiais de incidências criminais e de conflitos nas universidades e no seu entorno, assim como coletar dados visando identificar os “problemas ocultos”, ou seja, aqueles não captados pelas estatísticas oficiais. Ao obter informações sobre o que ocorre na universidade, será possível pensar em políticas mais assertivas e de prevenção.

Estudos que consideram as experiências e as percepções da comunidade universitária sobre segurança nos *campi* auxiliam a superar a visão da Universidade como lugar à parte da sociedade. Apesar de gozar de autonomia política, administrativa, financeira, didática e disciplinar, a instituição em questão é influenciada pelo contexto social em que está localizada. Assim, mostra-se necessário compreender de que modo “problemas de segurança” externos a ela podem reverberar institucionalmente. Do mesmo modo, é preciso compreender em que medida a Universidade pode contribuir com dinâmicas relacionadas a tais “problemas” em um contexto social mais amplo, bem como com os debates sobre segurança promovidos pela sociedade civil. Essa concepção serve de base para os esforços desta pesquisa. A seguir, apresentaremos os métodos empregados e os materiais analisados para, posteriormente, tecermos algumas análises sobre as implicações sociais dos dados levantados.

Materiais e métodos

A UFF tem sua sede em Niterói, abrangendo a maior parte dos cursos ofertados. Contudo, há *campi* em outros municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e uma unidade Avançada no Pará⁷. A Figura 1 indica onde estão localizados os principais *campi* e prédios da instituição em Niterói.

7 1) Angra dos Reis (Instituto de Educação de Angra dos Reis); Campos dos Goytacazes (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional); Macaé (Instituto de Ciências da Sociedade); Nova Friburgo (Instituto de Saúde de Nova Friburgo – ISNF); Petrópolis (Escola de Engenharia de Petrópolis); Rio das Ostras (Instituto de Ciência e Tecnologia); Santo Antônio de Pádua (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES); e Volta Redonda, onde se situam o Instituto de Ciências Humanas de Volta Redonda, a Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica (EEMVR) e o Instituto de Ciências Exatas (ICEx). A UFF conta ainda com um núcleo experimental em Iguaba Grande (RJ), uma fazenda escola em Cachoeiras de Macacu (RJ) e uma unidade avançada em Oriximiná, no estado do Pará.

Como o quantitativo de pessoas circulando na instituição no município de Niterói é maior, a pesquisa de vitimização teve como enfoque esse espaço universitário. Por isso, as respostas dos outros *campi* não foram consideradas para a análise e construção da amostra.

Figura 1 – UFF em Niterói



Legenda	
1- Reitoria	7- Faculdade de Farmácia
2- <i>Campus</i> do Gragoatá	8- Faculdade de Veterinária
3- <i>Campus</i> da Praia Vermelha	9 - Instituto de Arte e Comunicação Social
5- Faculdade de Direito	10 - Instituto de Biologia
6 - Faculdade de Enfermagem	11- Hospital Universitário Antônio Pedro
	12- Hospital Universitário de Medicina Veterinária

Fonte: UFF (2023).

A construção de uma pesquisa para entender os conflitos existentes na UFF fez parte da etapa de diagnóstico inserida nas atividades previstas para a consolidação do LASEG. Nessa etapa, foram levantados dados oriundos das estatísticas criminais oficiais registradas no entorno e dentro da universidade. Entretanto, essas informações não captavam muito bem as ocorrências dentro

da instituição⁸. Por essa razão, realizamos uma etapa de escuta com membros diversos da comunidade da UFF a fim de elaborar um instrumento de pesquisa adequado ao momento atípico da pandemia de Covid-19.

Nessa etapa, realizamos duas reuniões virtuais com professores, estudantes, técnico-administrativos e terceirizados que atuavam em diferentes *campi* da cidade de Niterói para conhecer suas percepções sobre o que seriam “problemas de segurança”. A amostra procurou combinar questões como gênero, raça, tempo de permanência na universidade e áreas distintas de conhecimento. Os participantes foram informados previamente dos propósitos da reunião, que visava colher subsídios para elaboração de um diagnóstico. Tais momentos, mesmo considerando as insuficiências metodológicas, possibilitam evidenciar a diversidade de conflitos existente, indo além dos crimes notificados.

Diante do que foi relatado, a equipe de pesquisa percebeu a necessidade de realizar uma pesquisa de vitimização com a comunidade da UFF para entender quais conflitos e eventuais delitos ou crimes ocorrem na universidade, bem como entender seus efeitos na sensação de insegurança das pessoas que circulam pelo espaço universitário. A pesquisa de vitimização costuma ser empregada em um contexto de subnotificação dos registros oficiais de crimes, visando mapear as incidências criminais que não foram registradas pelo Estado e entender os motivos do sub-registro. Além disso, esse tipo de levantamento permite obter informações mais detalhadas sobre as vítimas e as circunstâncias do evento, quando comparadas àquelas descritas nos registros administrativos (Lima e Borges, 2014; Zilli, Marinho e Silva, 2014). No âmbito da formulação de políticas, esse tipo de pesquisa também contribui para delinear grupos de risco e identificar atitudes da população em relação aos agentes encarregados da administração da justiça (Catão, 2000).

Optou-se por realizar uma pesquisa amostral tipo *survey* com aplicação de questionário autoadministrado on-line (Sampieri et al., 2013), conhecido como Google Forms⁹. Na construção do questionário, optou-se por colocar como data de referência para todas as questões de 2019 (anteriores à pandemia), quando as atividades eram realizadas normalmente na universidade e todos circulavam pelos *campi* de Niterói. Foi realizado um pré-teste para verificar inconsistências no questionário, aplicando-o a professores, estudantes e técnico-administrativos próximos

8 A variável que identifica o local do fato no banco de dados disponibilizado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado do Rio de Janeiro utiliza a categoria Estabelecimento de Ensino para crimes que ocorrem em qualquer instituição de ensino. Como nos bairros em que estão localizados os *campi* da UFF há escolas e faculdades, não é possível precisar se o crime foi cometido na UFF ou em outro estabelecimento.

9 Sobre as limitações e potencialidades dos formulários on-line, ver Faleiros et al. (2016).

para verificar se a data de referência estava adequada e também se a forma de coleta de informações pela via on-line seria de fácil resposta para o público-alvo.

A disseminação do questionário on-line ocorreu por meio das redes sociais, grupos de WhatsApp e pelas vias institucionais da universidade. Para a divulgação institucional, em primeiro lugar, foi organizada uma equipe de *marketing* institucional, com profissionais e estudantes de comunicação, produzindo uma marca do LASEG e criando um personagem pelo qual a iniciativa poderia ser identificada. Durante pelo menos quatro meses, foram veiculadas propagandas pelo Facebook e Instagram, bem como por listas de WhatsApp. A estratégia foi a construção de uma campanha de divulgação. Para isso, foi criado um personagem, a Lara, a identidade pensada para se aproximar do público universitário e estimular a participação na pesquisa. No processo de divulgação do formulário on-line, contamos com o apoio da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFF, o que possibilitou inserir o *link* do questionário na intranet e enviar o link pelos telefones cadastrados no sistema da UFF.

Como não havia o cadastro de toda a população da UFF, optou-se por construir uma amostra não probabilística por cotas (Levin, 1987; Silva, 1998). Por estarem já disponíveis informações sobre o quantitativo do público-alvo segmentado pelos vínculos com a UFF, foi possível construir as cotas de acordo com esses dados. O cálculo amostral e as cotas da amostra estão detalhadas no Apêndice A.

A forte campanha buscou atender à necessidade de amostragem, o que acarretou um total de 727 questionários válidos para Niterói, representando 99% de intervalo de confiança e 4,74% de margem de erro. Cabe destacar que a margem de erro foi recalculada, pois o número de questionários obtidos foi superior ao valor inicial (658 questionários), calculado para a amostra com 99% de intervalo de confiança e 5% de margem de erro, conforme descrito no Apêndice A.

Discussão dos resultados

A seguir, apresentaremos algumas informações descritivas do público que foi acessado durante a pesquisa realizada, para, em seguida, exibir suas respostas quanto à sensação de insegurança dentro e no entorno dos diferentes *campi* da UFF em Niterói.

Perfil dos respondentes

Neste primeiro momento, apresentaremos o perfil dos respondentes segundo seu vínculo com a UFF, detalhando os principais grupos acessados: docentes, discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados. Tais informações constam nas Tabelas 1, 2, 3 e 4.

Vínculos	N	%
Pesquisador(a) de Pós-doutorado	2	0%
Profissionais da área de saúde	3	0%
Prestador(a) de serviços	53	7%
Professor(a)	88	12%
Técnico(a)-administrativo (auxiliar de laboratório, bibliotecário, músico, assistente social, entre outros)	90	12%
Estudante (bacharelado, licenciatura, tecnólogo, pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado)	483	66%
Outros	8	1%
Total	727	100%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Cabe destacar que os funcionários da saúde também são considerados técnicos administrativos. Porém, no pré-teste, notou-se que eles não se identificavam como tal. Por isso, foi criada uma categoria específica para que os indivíduos com cargos da área da saúde (médicos, enfermeiros, auxiliar de enfermagem, entre outros) se sentissem pertencentes e respondessem ao questionário. Contudo, somente três indivíduos que se autodeclararam profissionais da saúde responderam à pesquisa; já os técnicos administrativos foram 80, representando 12% do total.

Os docentes também somaram 12% dos respondentes. Dentre eles, 45% eram professores associados, 39% professores adjuntos e 13% professores titulares ativos ou aposentados.

Os prestadores de serviços que responderam à pesquisa representam 7% do total. Seus cargos, majoritariamente, são de zelador, porteiro e vigia, funções relacionadas com a segurança do *campus*.

Tipo de Vínculo	%
Professor adjunto.	39%
Professor assistente.	2%
Professor associado.	45%
Professor titular (ativo e aposentado).	13%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Os estudantes compõem a maioria da população da Universidade. Por essa razão, e como esperado, essa categoria teve maior taxa de resposta do questionário, representando 66% do total. Dentre os estudantes matriculados em algum curso em 2019, 86,7% estavam na graduação e 10,4% na pós-graduação. Dentre os pós-graduandos, 1,9% estavam matriculados em cursos *lato sensu* ou em alguma especialização, 8,5% na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 0,4% em cursos livres ou da Fundação CECIERJ.

Tabela 3 – Cargo dos funcionários terceirizados	
Cargos	%
Coordenador na Empresa Plataforma	2%
Porteiro/Vigias.	92%
Zelador	6%

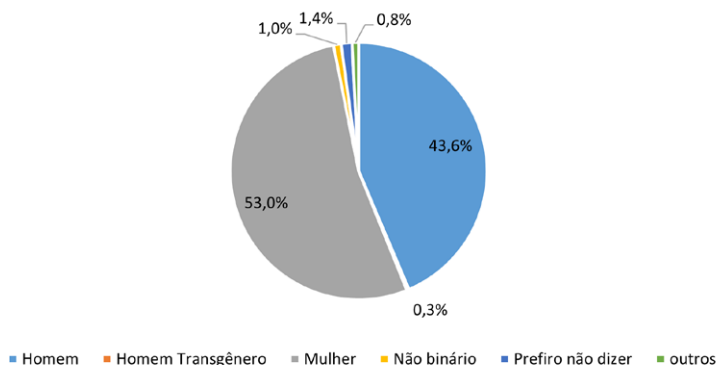
Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Nem todos esses estudantes frequentavam o mesmo *campus*. A maioria (78%) circulava nos *campi* de Niterói, mas 11% citaram realizar suas atividades na UFF de Volta Redonda e os outros 11% em outros *campi*, como Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes, entre outros. Isso indica que os conflitos que acontecem na UFF não estão localizados somente em Niterói, onde a instituição tem um volume maior de estudantes, professores e trabalhadores circulando pelos prédios e no seu entorno.

Tabela 4 – Estudantes	
Grau de Estudo	%
Outros (Prolem e CECIERJ)	0,4%
Sim, na graduação.	86,7%
Sim, na pós-graduação (<i>lato sensu</i> /especialização e <i>stricto sensu</i>).	10,4%
Não era estudante em 2019	2,5%

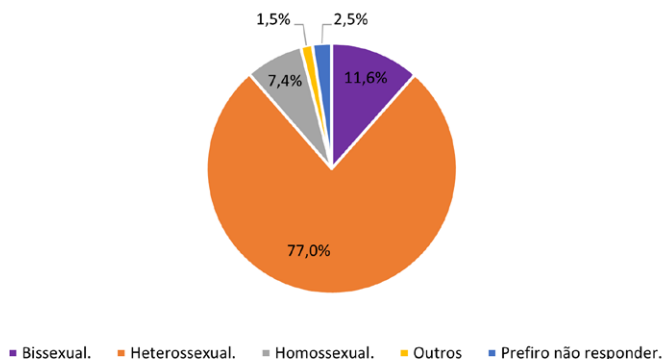
Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Nos Gráficos 1 e 2, apresentamos o gênero e a orientação sexual agregada de todos os respondentes. Nota-se uma distribuição equilibrada de gênero, pois 53% dos respondentes eram mulheres e 43,6% homens; os demais totalizavam 3,2%.

Gráfico 1 – Gênero dos Respondentes

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Em relação à orientação sexual, a maioria dos indivíduos se autodeclarou heterossexual (77%); 11,6% afirmaram ser bissexuais, 7,4% homossexuais e 1,5% relataram outra orientação sexual. Nenhuma mulher transgênero respondeu a pesquisa. A taxa de não resposta de 2,5% pode ser considerada elevada, já que, geralmente, as categorias sem informações ocorrem em quantidade pequena de respostas. Entretanto, dada a sensibilidade da questão, consideramos esse resultado o esperado.

Gráfico 2 – Orientação Sexual

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Para efeitos de interpretação, recorreremos ora à média, ora à mediana dos dados numéricos disponíveis. No primeiro caso, recorreremos à soma de todas as medições divididas pelo número de observações em um conjunto quando as

variáveis disponíveis constituem um conjunto de números não tão discrepantes entre si. Por outro lado, lançamos mão da mediana quando fosse possível e recomendável, em função da heterogeneidade dos valores disponíveis, identificar o valor que separa a metade maior da metade menor no conjunto de dados, evitando distorções que prejudiquem uma análise ponderada dos fenômenos a serem compreendidos.

A Tabela 5 ilustra a renda média dos entrevistados de acordo com seu vínculo com a UFF. As medidas de tendência central utilizadas para analisar a distribuição da renda foram a média e a mediana. Como a média é muito sensível a valores extremos, a mediana, que divide a distribuição ao meio quando os valores estão ordenados, contribui para melhorar a análise da variável em questão (Levin, 1987).

Há uma diferença significativa entre a renda média segundo o vínculo com a instituição. Os funcionários terceirizados recebem os menores rendimentos, superados pelos alunos, técnicos e, por fim, professores. Esse fato tem relação com os lugares em que os indivíduos circulam na cidade e como transitam e vivem o espaço da universidade.

Os técnicos e professores, como funcionários públicos, tendem a ter maiores rendimentos. Contudo, é importante destacar a variabilidade dos rendimentos dos docentes, cuja categoria teve mais discrepância entre a média e a mediana. A média de R\$43.300,00 e a mediana de R\$15.000,00 sugere a presença de valores extremos, ou seja, alguns professores têm uma renda média muito maior que os demais respondentes. Para essa categoria, a variabilidade da distribuição em relação à média foi muito grande, pois o desvio padrão é de 125.859,9.

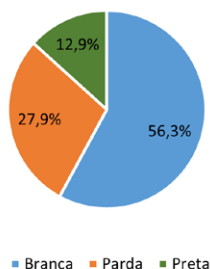
Tabela 5 – Renda média

Vínculo com a UFF	Renda média (R\$)	Renda mediana (R\$)
Estudante (bacharelado, licenciatura, tecnólogo, pós-graduação lato sensu, mestrado ou doutorado).	7.895	3.400
Outros	13.439	15.000
Pesquisador(a) de Pós-doutorado.	–	–
Prestador(a) de serviços.	1.912	1.500
Professor(a).	43.300	15.000
Profissionais da área de saúde	–	–
Técnico(a)-administrativo (auxiliar de laboratório, bibliotecário, músico, assistente social entre outros)	8.244	7.000

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

No Gráfico 3, estão as principais categorias de cor ou raça citadas pelos respondentes, totalizando 97,1% do total; ademais, 2,9% correspondem ao somatório das categorias de resposta “outro”, “prefiro não responder”, “amarelo” e “indígena”. Considerando as respostas recebidas, vemos que 40,8% dos respondentes eram negros, enquanto 56,3% eram brancos, o que confirma a Universidade como um espaço de privilégios raciais, dado que negros totalizam 56,2% da população brasileira (IBGE, 2019).

Gráfico 3 – Cor/ Raça



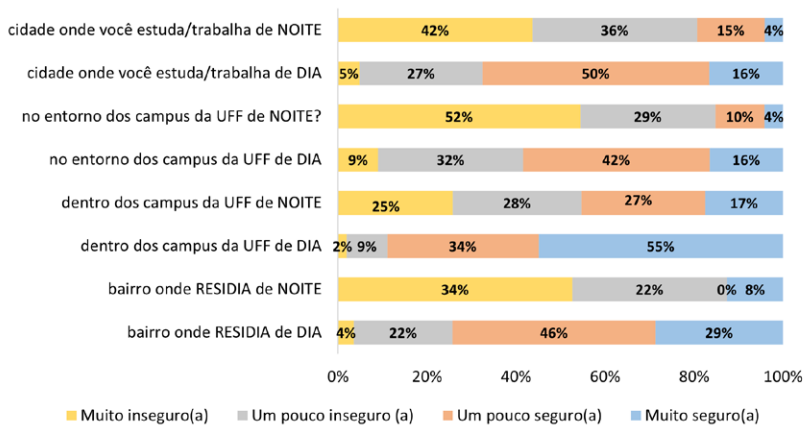
Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Sensação de insegurança

Como vemos, o público que frequenta os *campi* da UFF em Niterói é bastante plural. Ainda assim, é possível perceber alguns consensos nas respostas dadas pelos respondentes da referida pesquisa. O Gráfico 4 mostra que grande parte das pessoas acessadas se sente mais insegura à noite, principalmente na cidade e no bairro onde residem. Isso é um consenso em pesquisas de vitimização, também visto no suplemento da PNAD em 2021 (Trindade e Durante, 2019; IBGE, 2021). A sensação de insegurança dentro do *campus* é consideravelmente menor do que no entorno do *campus*: de dia, 2% se sentem inseguras dentro do *campus*, enquanto 9% das pessoas se sentem inseguras no entorno do *campus*. Esses números aumentam consideravelmente no período noturno: 25% se sentem inseguros quando dentro do *campus*, enquanto 52% se sentem inseguros ao redor da UFF.

Quando contrastamos os dados do Gráfico 4 (sensação de insegurança) com os apresentados no Gráfico 5 (percepção de criminalidade), nota-se uma relação entre se sentir seguro e ter uma percepção individual de que, no contexto, não há criminalidade. Isso nem sempre ocorre em outros estudos de vitimização (Costa e Durante, 2019).

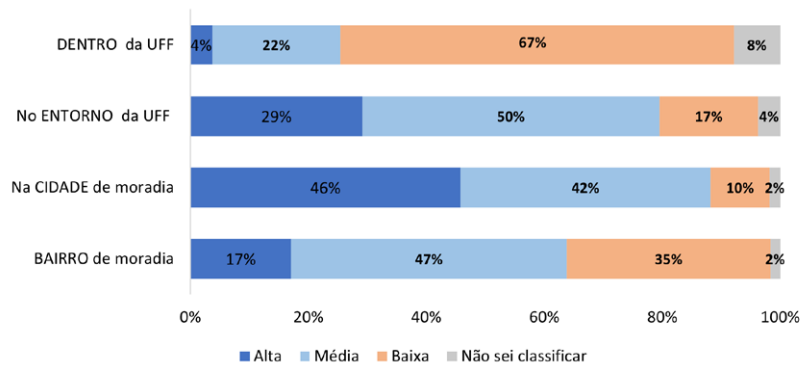
Gráfico 4 – Sensação de insegurança



Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

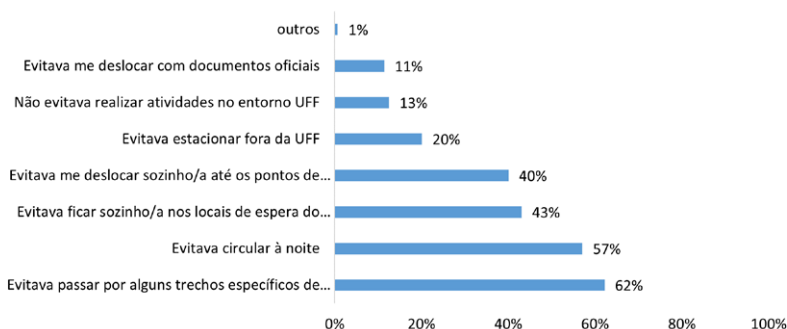
Para além dos conflitos, violências ou crimes que os respondentes efetivamente sofreram (ver Tabelas 6 e 7), há uma percepção de que, nos *campi* da UFF em Niterói, há menos criminalidade do que no entorno da UFF, no bairro onde mora e, principalmente, na cidade onde mora.

Gráfico 5 – Percepção de criminalidade



Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Nesse contexto, as estratégias individuais dos respondentes da pesquisa para lidar com a sensação de insegurança quando estão na UFF ou ao redor de algum *campus* estão dispostas no Gráfico 6. Grande parte dos respondentes afirmou que evitava circular à noite no entorno dos diferentes *campi* da UFF de Niterói, ficar ou se deslocar sozinho e/ou passar por caminhos considerados perigosos.

Gráfico 6 – Evitava realizar atividades no entorno da UFF

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

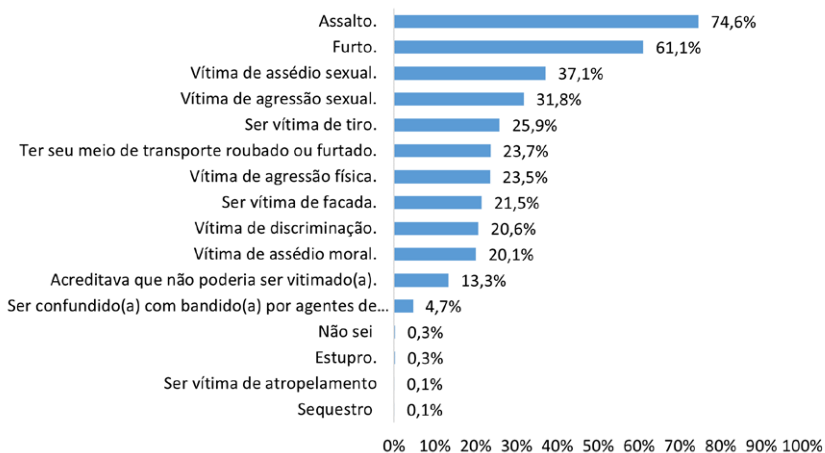
Para os respondentes, tais estratégias individuais podem ser vistas como resultado de um medo concreto de se tornar vítima de crimes e/ou violências nos espaços da UFF. Mas vale dizer que o medo do crime não é simplesmente uma consequência do risco e de experiências reais de vitimização (Garofalo, 1979). Conforme Arthur Trindade e Marcelo Durante (2019, p. 239), o “medo do crime” não é consequência apenas das taxas de criminalidade ou das notícias produzidas pela mídia, mas “diz respeito a sentimentos difusos e incertezas que são resultado das transformações sociais das sociedades pós-modernas”. Os autores destacam as diferenças entre “vitimização”, “medo do crime” e “percepção de risco”. O primeiro termo se refere ao fato de uma pessoa ser vítima de crime; quando ele não é registrado pelas agências de controle social – notadamente a polícia –, cria-se uma “cifra oculta” de vezes que não são considerados nas estatísticas criminais oficiais. Já o segundo termo – medo do crime – se refere a uma dinâmica emocional e psicológica que varia em intensidade para cada pessoa, sendo, portanto, transitória, dependendo das representações sociais dos riscos que nos cercam. Por fim, a percepção de risco está ligada a um cálculo individual sobre as chances de ser vítima de crime, sendo racional e individualmente calculada.

Quando questionados se acreditavam que poderiam ser vítimas nos espaços da UFF, os itens mais citados nas respostas positivas à questão foram assalto e furto. Mas são dignas de nota outras respostas. Verificou-se que 37,1% dos respondentes acreditam que podem ser vítimas de assédio sexual, o que representa, em números absolutos, 270 pessoas; dentre esse total, 80% são mulheres. Ademais, 31,8% sentem que podem sofrer alguma agressão sexual (o que representa em números absolutos 231 respondentes, sendo 85% mulheres). Esses números indicam que o medo de sofrer crimes sexuais está relacionado com o gênero de

quem circulava pelos prédios da instituição em 2019, em Niterói. De acordo com Rachel Pain (2020), ainda que mulheres não necessariamente formem o grupo mais vitimado, os altos e constantes níveis de insegurança relatados por elas podem ser explicados por sua maior vitimização no ambiente doméstico, ocasião em que o agressor, usualmente uma pessoa conhecida, costuma ser menos responsabilizado pelo Estado, afetando a percepção do risco das mulheres mesmo fora de suas residências. Apesar disso, ainda são necessárias investigações adicionais sobre as causas profundas do maior medo do crime e da percepção de risco entre as mulheres (Schafer; Huebner e Bynum, 2006), evidentemente considerando conexões com outros marcadores sociais da diferença.

Trindade e Durante (2019) ressaltam que, além das mulheres, há outros três grupos frequentemente mencionados no que se refere à percepção de risco e ao medo do crime: idosos, pobres e negros. Conforme o gráfico 7, as respostas deste último grupo também merecem atenção, já que 4,7% dos respondentes acreditam poder ser confundidos com bandidos. Mas esse aspecto está intimamente atrelado ao gênero e à raça/cor do respondente, pois nenhuma mulher branca afirmou ter medo de ser confundida com bandido e 8,8% dos que responderam positivamente para essa categoria foram homens brancos. Já as mulheres negras representaram 20% das respostas positivas para esse item, enquanto os homens negros corresponderam a 61,7%. Como algo bastante contrastante, apenas 13,3% dos respondentes acreditavam que não poderiam ser vitimados por qualquer crime ou violência nos espaços da UFF.

Gráfico 7 – Acreditava que poderia ser vítima nos espaços da UFF



Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Esse ponto merece um aprofundamento, já que outras pesquisas demonstraram a centralidade da vitimização por “discriminações”, sobretudo raciais (Trindade e Costa, 2019). Ainda que o dado acessado por nossa pesquisa se refira à crença dos respondentes de que poderiam ser confundidos com bandidos – e não com experiências passadas nas quais efetivamente passaram por tal experiência repulsiva –, esse dado deve ser visto como “percepção de risco”, o qual, como já dito, é efeito de uma consideração racional sobre as possibilidades concretas de ser vítima. A seletividade racial presente historicamente na atuação das forças de ordem estatais (Vinuto, 2022) faz dos homens negros o grupo mais presente nas estatísticas oficiais de encarceramento e assassinato pela polícia (Brasil, 2019; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Logo, não é inesperado homens negros se sentirem receosos de serem confundidos com esse grupo (Chiricos, Hogan e Gertz, 1997).

Crimes

As Tabelas 6 e 7 apresentam as respostas sobre crimes ou violências sofridas efetivamente pelos respondentes em 2019. É interessante pensar que o número de pessoas que não sofreram qualquer crime/violência dentro ou ao redor da UFF em 2019 é alto, ainda que grande parte delas sentisse que poderia ser vítima. Estudos sobre “medo do crime” (Costa e Durante, 2019) sugerem que essa taxa de resposta pode estar relacionada com experiências pessoais de crime e violência dentro ou ao redor da UFF, com experiências de terceiros nas mesmas condições, com especulações difusas, dentre outros pontos. De qualquer modo, não é analiticamente interessante considerar esse desencaixe entre sensação e experiência como um equívoco ou fantasia individual, já que a sensação de insegurança fala muito sobre o contexto no qual vivem os respondentes. Nesse sentido, é importante aprofundar a investigação sobre as bases materiais dessa sensação de insegurança, temática que fugiu de nossos interesses iniciais de pesquisa devido ao seu caráter exploratório.

Vale destacar que a pergunta sobre agressão ou ofensa sexual foi construída de forma distinta das demais, por ser um assunto delicado que pode causar lembranças duras e até certo constrangimento para respondê-la. Esse fato pode aumentar a re-vitimização do respondente e as chances de não resposta (Freitas, 2022). Com o intuito de abordar esse tema de maneira gradual, inicialmente, foi questionado se o indivíduo havia sofrido esse tipo de crime alguma vez na vida, para depois abordar a temporalidade e o local do fato. Cabe destacar que, para as demais categorias expressas na Tabela 6, perguntou-se diretamente ao respondente se, em 2019, ele sofreu tal crime ou acidente.

Tabela 6 – Foi vítima de algum desses crimes/ acidentes em 2019 dentro ou no entorno da UFF de Niterói

Crime	Sim	Não	Prefiro não responder
Discriminação	10,45%	86,24%	3,30%
Roubo e/ ou furto	4,4%	95,3%	0,3%
Ameaça e/ ou agressão	6%	92%	2%
Agressão ou ofensa sexual	7%	84%	3%
Acidente	2%	97%	1%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Por fim, assim como indicam outras pesquisas de vitimização (Costa e Durante, 2019) e os dados da Tabela 7, a imensa maioria daqueles que sofreram crimes e/ ou violências dentro ou ao redor da UFF não notificou o ocorrido a qualquer instância oficial, como delegacias ou mesmo aos profissionais de segurança que atuam na própria universidade. A exceção fica por conta do crime de roubo ou furto, no qual 47% dos respondentes afirmaram ter feito alguma notificação oficial.

Vale destacar que apenas duas pessoas notificaram o acidente ocorrido para Professores/Chefes/Superiores e ouvidoria da UFF. Essas observações são tão residuais que não representam sequer 0,01% dos casos.

Tabela 7 – Notificou o ocorrido

Crime	Sim	Não	Prefiro não responder
Discriminação	11%	83%	7%
Roubo e/ ou furto	47%	47%	6%
Ameaça e/ ou agressão	15%	76%	9%
Agressão ou ofensa sexual	8%	83%	8%
Acidente	0%	100%	0%

Fonte: Elaboração própria, com base em LASEG (2021).

Não foi possível apurar os motivos alegados pelos indivíduos para não realizar a notificação, fato que ainda carece de pesquisas mais aprofundadas na instituição pesquisada.

Considerações finais

Como procuramos demonstrar, o presente artigo faz menção a uma pesquisa exploratória e pioneira na esfera universitária, considerando a magnitude

material dos espaços universitários públicos, bem como a complexidade das relações neles observadas. Por isso, apesar de suas limitações, a iniciativa tem o condão de iluminar a relevância da reflexão sobre a temática da segurança, com base em uma experiência relevante em nossa sociedade quanto ao pertencimento e circulação pelos ambientes universitários de caráter público.

Após uma revisão bibliográfica na qual analisamos pesquisas sobre segurança universitária, apresentamos os dados coletados em nossa pesquisa de vitimização realizada junto à comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense em Niterói. Assim, fez-se uma investigação exploratória tanto sobre as experiências com crime, violência e insegurança indicados pelos respondentes do *survey* quanto acerca das respostas dadas por esses mesmos atores frente a tais experiências, a fim de pensar possíveis políticas de segurança universitária.

Apesar da pluralidade do público que frequenta os diferentes *campi* da UFF, observam-se certos padrões sobre alguns tópicos. Um deles é relativo à sensação de insegurança no *campus*, que é maior do que a sensação de segurança em outros locais da cidade; em ambos os contextos, os números aumentam consideravelmente no período noturno. Além do medo de assalto e furto, integrantes da comunidade universitária, sobretudo mulheres, acreditam que podem ser vítimas de assédio sexual ou agressão sexual. Somado a isso, parte dos respondentes, notadamente homens negros, crê que pode ser confundida com bandidos.

Ainda que grande parte dos respondentes se sinta insegura no que se refere a esses e outros tópicos, a maior parte deles jamais sofreu crime ou violência dentro ou ao redor de algum *campus* da UFF. Ademais, parte daqueles que sofreram não se reportou a qualquer instância oficial. Exceção digna de nota são os crimes de furto ou roubo: quase metade dos vitimados reportou seu caso para as delegacias ou profissionais de segurança que atuam na própria universidade.

Como é possível observar, este estudo pode contribuir para a formulação de questões sociológicas relevantes, por exemplo, como se coadunam expectativas, sensações e experiências de segurança em um ambiente institucional historicamente sacralizado por se dedicar à construção do conhecimento científico e sobre a sociedade. Ora, é sabido que, em nossa sociedade, as universidades públicas são instituições que conferem *status* e nas quais são depositadas aspirações por qualificação profissional e ascensão social.

O exercício realizado durante nosso estudo, do qual participaram vários pesquisadores e cujos principais resultados foram aqui comentados e analisados, ajuda a interpretar que, na prática, a sensação de segurança/insegurança dialoga com as expectativas às quais fizemos alusão. O contraste entre a universidade e os bairros onde as pessoas moram e estudam, por exemplo, são interessantes

se levarmos em conta as percepções sobre os períodos diurnos e noturnos; surpreendentemente, estar na universidade à noite parece mais seguro do que estar em casa para grande parte dos respondentes. Não obstante, tanto no bairro quanto no entorno da universidade, a insegurança é maior. Intuímos que isso se deve aos processos de deslocamentos, em que a mobilidade nesses contextos pode favorecer a recepção do inesperado. Nesse ponto, parece emergir a noção de insegurança em sua conjugação com a dimensão do risco. Aumentam os riscos nos deslocamentos onde o encontro com desconhecidos pode favorecer a ocorrência de delitos e crimes, ou mesmo de conflitos que podem desencadear os primeiros.

Ao mesmo tempo, nesse ambiente aparentemente seguro contra crimes da chamada violência urbana, parecem emergir outras formas de agressividade, que oscilam entre conflitos de menor potencial ofensivo e outros com grande capacidade de invalidar esforços familiares, trajetórias individuais e expectativa de direitos consagrados em nosso ordenamento jurídico. Os assédios de distintas naturezas – sexual e moral – parecem configurar a principal expressão dessa modalidade de agressividade, que talvez se observe em função de uma maior proximidade e conhecimento entre as pessoas. As dimensões de gênero e raça atingidas pelos respondentes da pesquisa parecem apontar para aspectos dia-críticos da nossa sociedade.

Não nos parece por acaso que a catalogação desses tópicos esteja ausente dos processos tradicionais de registros, seja em instituições policiais *stricto sensu*, seja nas coordenadorias de segurança das universidades que, geralmente, ou são compartilhados por agentes públicos e privados ou completamente entregues a esses últimos, como se observa na universidade estudada. Com base em nossa experiência etnográfica, argumentamos que há em comum nesses lugares a predominância de representações construídas com base no fazer policial, e compartilhadas socialmente, sobre a centralidade do combate ao crime como expressão das formas institucionais de administrar conflitos. Consequentemente, há pouca disposição para acolher o ponto de vista das pessoas agredidas e/ou vitimizadas e construir com elas uma compreensão sobre o que ocorre em seu cotidiano para dar relevo aos seus pontos de vista sobre o que, afinal, deve ser tratado como um bem a ser “segurado” nos processos de vigilância, orientação no uso do espaço público e informação acerca dos mecanismos de prevenção. Como demonstrado, começa-se por desenvolver uma consciência acerca da importância da comunicação sobre o que ocorre. Ou seja, disseminar a confiança nos processos de registro, tornando possível quantificar e dar relevo à importância de tais dinâmicas, é fundamental para a manutenção do grau de confiança das pessoas na instituição na qual depositaram expectativas por boa parte de sua vida.

No início deste artigo, referimos que a iniciativa do diagnóstico analisado se deu como parte da construção de um ambiente institucional – o LASEG –, que ficará responsável pelos processos de registro e análise do que estamos propondo construir à guisa de uma “segurança universitária”. Esse ambiente também foi pensado como um espaço institucional onde se combinam o processo de qualificação de estudantes do bacharelado em segurança pública da UFF, principalmente no manejo das metodologias de pesquisa e na potencialidade das tecnologias disponíveis para construção e interpretação de dados. Da mesma forma, ele abrigará processos de capacitação de agentes internos de segurança para lidar com as particularidades de uma instituição pública de ensino. Por outro lado, com base nesse esforço institucional, propõe-se desenvolver mecanismos de participação social para que os membros da comunidade comuniquem o ocorrido, bem como recebam orientações sobre como proceder diante de algum infortúnio. Ou seja, há muitas possibilidades abertas para construção de um conhecimento em uma área que julgamos candente e que requer mais esforços analíticos para lidar com suas particularidades e complexidades.

Apêndice A

De acordo com os dados obtidos no portal de transparência UFF (UFF, 2020) e no site Dados Abertos, do Governo Federal, a instituição conta com 51.791 pessoas que possuem algum tipo de vínculo institucional. Na Tabela 1, estão descritas as categorias de atividades realizadas na UFF usadas nesta pesquisa, bem como o quantitativo dos vínculos.

Vínculo com a UFF	Total	%
Técnico-administrativos	3.715	7,2%
Profissional da área da saúde	947	1,8%
Docentes	3.543	6,8%
Alunos graduação presencial	35.257	68,1%
Alunos pós-graduação	7.329	14,2%
Pesquisador de pós-doutorado	-	0,0%
Terceirizados	1.000	1,9%
Outros	-	0%
Total Geral	51.791	100%

Fonte: Elaboração própria com base em UFF (2020).

Com o número do público-alvo definido, inicialmente, foi calculada a quantidade total de questionários necessários para a amostra ser representativa para toda a UFF utilizando a seguinte fórmula (Levin, 1987; Silva, 1998):

Onde:

$$n = \frac{Z_{\alpha}^2 \times \sigma^2}{e^2}$$

e^2 é a margem de erro aceitável;

Z_{α}^2 é o nível de confiança;

σ^2 é a variabilidade da população.

A amostra foi calculada para 99% de nível de confiança¹⁰ e 5% de margem de erro¹¹, que representa 658 questionários. Por fim, como não há possibilidade de sortear os entrevistados aleatoriamente, a amostra será não-probabilística por cotas. Por isso, será necessário dividir proporcionalmente para cada categoria de pessoas com vínculos com a UFF (Tabela 1) o total de entrevistados, de acordo com o nível de confiança, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 – Composição das respostas	
Vínculo com a UFF	Amostra para 99%
Técnico-administrativos	47
Profissional da área da saúde	12
Docentes	45
Alunos graduação presencial	448
Alunos pós-graduação	93
Pesquisador de pós-doutorado	0
Terceirizados	13
Outros	
Total Geral	658

Fonte: Elaboração própria com base em Levin (1987), Silva (1998) e UFF (2020).

Referências

ALFARO SALAS, Marly Yisette e SALAS OCAMPO, Luis Diego. Student perceptions about university security: the case of the National University of Costa Rica. *Revista ABRA*. Heredia, v. 40, n. 60, 5 jun. 2020, pp. 9-47. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/abra/article/view/12338>>. Acesso em: 20 out. 2023.

¹⁰ A probabilidade de sua amostra representar com precisão as posturas da população em questão.

¹¹ A possível variação das respostas da população com relação à sua amostra.

- BALKIN, Steven. Victimization rates, safety and fear of crime. *Social Problems*. Oxford, v. 26, n. 3, 1979, pp. 343-358. Disponível em: <<https://academic.oup.com/socpro/article-abstract/26/3/343/2925148>>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- CAMILO, Christiane de Holanda. Segurança nas Universidades Brasileiras: Perspectivas Públicas Institucionais Comparadas. *Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*. Florianópolis, v. 2, 2016, pp. 1044-1062. Disponível em: <<https://www.index-rlaw.org/index.php/culturajuridica/article/view/1509>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CARDOSO, Gabriela Ribeiro et al. Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Santa Catarina, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/316>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CATÃO, Yolanda. Pesquisas de vitimização. In: CERQUEIRA, Daniel; LEMGRUBER, Julita e MUSUMECI, Leonarda (Orgs.). *Fórum de Debates sobre Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea e CESeC/UCAM, 2000. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3765-anais-forum-cesec-ipea.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- CHIRICOS, Ted; HOGAN, Michael e GERTZ, Marc. Racial composition of neighborhood and fear of crime. *Criminology*. Melbourne, v. 35, n. 1, 1997, pp. 107-132. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1745-9125.1997.tb00872.x>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- COSTA, Arthur Trindade e DURANTE, Marcelo Ottoni. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2019, pp. 239-265. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/17794>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- COSTA JUNIOR, Mozarte Simões da. Violência nos campi das universidades federais do Rio Grande do Sul (UFRGS, UFPEL, UFSM E FURG) e a segurança em um ambiente acadêmico. Dissertação de Mestrado, Segurança Cidadã, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- CUBAS, Viviane Oliveira et al. Segurança na *campus*: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/274>>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- FALEIROS, Fabiana et al. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. *Texto & Contexto-Enfermagem*. Florianópolis, v. 25, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/Hjf6ghPxx7LT78W3JBTdpjf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

- FISHER, Bonnie et al. Crime in the ivory tower: the level and sources of student victimization. *Criminology*. Melbourne, v. 36, 1998, pp. 671-710. Disponível em: <<https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/crime-ivory-tower-level-and-sources-student-victimization>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2023.
- FREITAS, Mariana Lira de. Conflitos éticos nas tratativas institucionais da violência de gênero e os perigos da revitimização. *Virtuajus*. Belo Horizonte, v. 7, n. 13, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/30160>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- GAROFALO, James. Victimization and the fear of crime. *Journal of research in crime and delinquency*. Thousand Oaks, v. 16, n. 1, 1979, pp. 80-97. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/002242787901600107?journalCode=jrca>>. Acesso em: 25 out. 2023.
- IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Domicílios Contínua 2012-2019*. IBGE, 2019.
- IBGE. PNAD: *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil*. Rio de Janeiro, 2010. Suplemento. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=284182>>. Acesso em: 20 out. 2023.
- IBGE. PNADC. *Vitimização: Sensação de insegurança*. 2021. Suplemento. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=35627>>. Acesso em: 20 out. 2023.
- IPEA. *Contexto social e vitimização pessoal: efeitos de características ambientais na vitimização individual*. Pesquisa Nacional de Vitimização. Relatório Técnico, 2012. Disponível em: <https://www.crisp.ufmg.br/documentos/pesquisa_nacional_vitimizacao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.
- LASEG. *Pesquisa de Vitimização na Universidade Federal Fluminense*. LASEG, 2021. Distribuição restrita.
- LEE, Daniel e HILINSKI-ROSICK, Carly. The Role of Lifestyle and Personal Characteristics on Fear of Victimization among University Students. *American Journal of Criminal Justice*. Berlim, v. 37, n. 4, 2012, pp. 647-668. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12103-011-9136-0>>. Acesso em: 28 out. 2023.
- LEVIN, J. *Estatística Aplicada a Ciências Humanas*. 2 ed. São Paulo, Harbra, 1987.
- LIMA, Renato Sérgio de e RATTON, José Luiz. *As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo, Anpocs, 2011. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-ciencias-sociais-e-os-pioneiros-nos-estudos-sobre-crime-violencia-e-direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em: 25 out. 2022.

- LIMA, Renato Sérgio e BORGES, Dorian. Estatísticas criminais no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Porto Alegre, Editora Contexto, 2014, pp. 213-226.
- LYNCH, James. Routine activity and victimization at work. *Journal of Quantitative Criminology*. Melbourne, v. 3, pp. 283-300, 1987.
- MENGO, Cecilia e BLACK, Beverly. Violence Victimization on a College Campus: Impact on GPA and School Dropout. *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*. Thousand Oaks, v. 18, n. 2, 2016, pp. 234-248. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1521025115584750>>. Acesso em: 28 out. 2023.
- PAIN, Rachel. Place, social relations and the fear of crime: a review. *Progress in Human Geography*. Thousand Oaks, v. 24, n. 3, 2000, pp. 365-387. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/030913200701540474>>. Acesso em: 28 out. 2023.
- RIBEIRO, Ludmila e TEIXEIRA, Alex Niche. O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, v. 84, 9 out. 2018, pp. 13-80. Disponível em: <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/436>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- RODRIGUES, Max André Antonio e MELO, Daniela de Castro. A (in)segurança silenciosa nos câmpus universitários: estudo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, v. 23, n. 2, pp. 465-480, 2019. Disponível em: <<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13066>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- SCHAFFER, Joseph; HUEBNER, Beth e BYNUM, Timothy. Fear of crime and criminal victimization: gender-based contrasts. *Journal of Criminal Justice*. Amsterdam, v. 34, n. 3, 2006, pp. 285-301. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047235206000262>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- SILVA, Nilza Nunes. *Amostragem Probabilística: um curso introdutório*. v. 18. São Paulo, EdUSP, 1998.
- SAMPIERI, Roberto Hernández et al. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo, McGraw-Hill, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *UFF em Números*. 2020. Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=uff-em-numeros#Docentes>>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *UFF em Niterói*. 2023. Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=uff-em-niteroi>>. Acesso em: 23 out. 2023.
- VINUTO, Juliana. Contribuições de Léila Gonzalez aos estudos sociológicos sobre controle social e punição no Brasil. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 22, 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/40428>>. Acesso em: 10 out. 2023.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. v. 1. São Paulo, Anpocs, 1999, pp. 13-107.

ZILLI, Luis Felipe; MARINHO, Frederico Couto e SILVA, Bráulio. Pesquisas de Vitimização. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz e AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Orgs). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Porto Alegre, Editora Contexto, 2014, pp. 227-243.

Recebido em: 09/12/2022

Aprovado em: 06/09/2023

Como citar este artigo:

GONÇALVES, Ana Paula Vasconcelos; LIMA, Juliana Vinuto; PLATERO, Klarissa Almeida Silva; PIRES, Lenin dos Santos. Mapeando os conflitos na universidade: um estudo de caso sobre segurança na Universidade Federal Fluminense. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 3, set. - dez. 2023, pp. 853-881.